

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito e Investimento de
Livre Admissão de Associados da Região das
Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi
Força dos Ventos SP**

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Credito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
Holambra - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Credito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Credito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 21 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	10.390	8.388
Carteira de Crédito *	47.408	28.346
Depósitos	66.004	62.078
Patrimônio Líquido	13.741	11.973
Capital	5.962	5.169
Resultado Antes das Destinações	1.723	(1.322)
Rentabilidade do PL	12,54%	-11,04%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

No ano de 2016, a Cooperativa buscou melhorar a qualidade dos associados e da carteira de crédito, resultando na redução da quantidade de associados bem como no volume de carteira de crédito e consequentemente em no resultado.

O planejamento para 2017 possuí perspectivas de crescimento, mas sempre prezando a qualidade, entre as metas para o próximo ano estão o aumento da carteira de crédito em 7 milhões, o crescimento das sobras chegando ao montante de 1 milhão, além do foco em recuperações dos valores em prejuízo.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

ATIVO		31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		75.341	72.384	CIRCULANTE		30.253	28.607
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	1.964	1.734	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	19.695	17.568
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		47.223	43.089	Depósitos à Vista		13.707	13.637
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	47.223	43.088	Depósitos a Prazo		5.988	3.931
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	21.950	24.622	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		5.060	5.818
Operações de Crédito (Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		24.845	27.504	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	-	3
		(2.895)	(2.882)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		5.060	5.815
OUTROS CRÉDITOS		4.014	2.882	Recursos em Trânsito de Terceiros		433	62
Rendas a Receber		111	142	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	850	1.150
Diversos	(NOTA 07)	3.944	2.780	Empréstimos País - Outras Instituições		850	1.150
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(41)	(40)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		4.215	4.009
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	190	57	Cobrança e Arrecadação de Tributos		8	4
Outros Valores e Bens		178	25	Sociais e Estatutárias		143	221
Despesas Antecipadas		12	32	Fiscais e Previdenciárias		234	326
NÃO CIRCULANTE		10.405	12.801	Diversas	(NOTA 14)	3.830	3.458
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.453	8.784	NÃO CIRCULANTE		43.520	43.061
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	57	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		43.520	43.061
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		57	-	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	42.383	42.202
OPERACÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	6.396	8.771	Depósitos a Prazo		42.383	42.202
Operações de Crédito (Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		7.830	10.237	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	493	149
		(1.434)	(1.466)	Repasses Interfinanceiros		493	149
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	-	13	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	644	710
Diversos		-	13	Diversas		644	710
PERMANENTE		3.952	4.017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.973	13.517
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	2.072	2.072	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	5.169	4.875
Outros Investimentos		2.072	2.072	De Domiciliados no País (Capital a Realizar)		5.190	4.910
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	1.241	1.392			(21)	(35)
Outras Imobilizações de Uso (Depreciação acumulada)		2.579	2.428	RESERVAS DE SOBRAS		8.126	8.126
		(1.338)	(1.036)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		(1.322)	516
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	639	553	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		85.746	85.185
Outros Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)		1.039	859				
		(400)	(306)				
TOTAL DO ATIVO		85.746	85.185				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	6.572	-	6.572	13.795	-	13.795	14.679	-	14.679
Operações de Crédito	6.569	-	6.569	13.788	-	13.788	14.679	-	14.679
Resultado das Aplicações Interfinanceiras	3	-	3	7	-	7	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(4.152)	(24)	(4.176)	(9.867)	(43)	(9.910)	(8.315)	(44)	(8.359)
Operações de Captação no Mercado	(3.171)	(8)	(3.179)	(6.162)	(15)	(6.177)	(4.431)	(5)	(4.436)
Operações de Empréstimos e Repasses	(327)	(16)	(343)	(700)	(28)	(728)	(875)	(39)	(914)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(654)	-	(654)	(3.005)	-	(3.005)	(3.009)	-	(3.009)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.420	(24)	2.396	3.928	(43)	3.885	6.364	(44)	6.320
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.744)	108	(2.636)	(5.405)	258	(5.147)	(4.685)	507	(4.178)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	438	488	926	788	931	1.719	1.108	907	2.015
Rendas de Tarifas Bancárias	772	-	772	1.492	-	1.492	1.039	2	1.041
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(3.058)	(147)	(3.205)	(5.894)	(245)	(6.139)	(5.132)	(219)	(5.351)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas <small>(Nota 19)</small>	(2.645)	(196)	(2.841)	(4.818)	(327)	(5.145)	(3.617)	(290)	(3.907)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(4)	(25)	(29)	(18)	(47)	(65)	(21)	(61)	(82)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais <small>(Nota 20)</small>	3.781	66	3.847	7.277	86	7.363	5.168	280	5.448
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais <small>(Nota 21)</small>	(2.028)	(78)	(2.106)	(4.232)	(140)	(4.372)	(3.230)	(112)	(3.342)
RESULTADO OPERACIONAL	(325)	84	(241)	(1.477)	215	(1.262)	1.679	463	2.142
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2)	-	(2)	(3)	(2)	(5)	(7)	(14)	(21)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(327)	84	(243)	(1.480)	213	(1.267)	1.672	449	2.121
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(17)	(17)	-	(55)	(55)	-	(146)	(146)
Provisão para Imposto de Renda	-	(7)	(7)	-	(24)	(24)	-	(79)	(79)
Provisão para Contribuição Social	-	(10)	(10)	-	(31)	(31)	-	(67)	(67)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(327)	67	(260)	(1.480)	158	(1.322)	1.672	303	1.975
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	158	(158)	-	253	(253)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	(327)	67	(260)	(1.322)	-	(1.322)	1.925	50	1.975
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-	(1.409)	(50)	(1.459)
Fates - Estatutário	-	-	-	-	-	-	(86)	-	(86)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(50)	(50)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	-	-	-	(1.118)	-	(1.118)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(205)	-	(205)
REDULTADO A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	(1.322)	-	(1.322)	516	-	516

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP -
Sicredi Força dos Ventos SP
CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	4.645	6.756	272	11.673
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	223	-	(223)	-
Destinações para reservas	-	47	(47)	-
Outras destinações	-	-	(2)	(2)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	292	-	-	292
Baixas de capital	(285)	-	-	(285)
Resultado do período	-	-	1.975	1.975
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(86)	(86)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(50)	(50)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.118	(1.118)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	205	(205)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	4.875	8.126	516	13.517
Mutações do Período	230	1.370	244	1.844
Saldos no início do período em 01/01/2016	4.875	8.126	516	13.517
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	507	-	(507)	-
Outras destinações	-	-	(9)	(9)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	170	-	-	170
Baixas de capital	(383)	-	-	(383)
Resultado do período	-	-	(1.322)	(1.322)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	5.169	8.126	(1.322)	11.973
Mutações do Período	294	-	(1.838)	(1.544)
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	5.317	8.126	(1.062)	12.381
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	82	-	-	82
Baixas de capital	(230)	-	-	(230)
Resultado do período	-	-	(260)	(260)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	5.169	8.126	(1.322)	11.973
Mutações do Período	(148)	-	(260)	(408)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi
Força dos Ventos SP**

CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

	01/07/2016 a 31/12/2016	(Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(882)	(692)	2.177	
Resultado do semestre/exercício	(260)	(1.322)	1.975	
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(622)	630	202	
(Reversão) para operações de crédito	(945)	(19)	(6)	
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	-	1	(7)	
Depreciação do imobilizado de uso	163	322	311	
Amortização do intangível	51	94	80	
Baixas do ativo permanente	4	5	2	
Provisão para passivos contingentes	145	200	-	
Destinações ao FATES	-	-	(136)	
Dividendos SicrediPar	(40)	27	(42)	
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(6.388)	5.636	(548)	
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(4)	(57)	-	
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.009	-	-	
Redução em operações de crédito	1.707	5.067	1.144	
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(689)	(413)	(1.715)	
(Aumento) em outros créditos	(977)	(1.148)	(409)	
(Aumento) Redução em outros valores e bens	70	(133)	(51)	
Aumento (Redução) em depósitos	(7.932)	2.308	1.609	
Aumento em relações interdependências passivas	348	371	33	
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	47	(299)	(1.580)	
Absorção de dispêndios pelo FATES	(56)	(136)	(54)	
Aumento em outras obrigações	89	76	475	
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(7.270)	4.944	1.629	
Aquisição de Investimentos	-	-	(187)	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(37)	(177)	(400)	
Aplicações no Intangível	(35)	(180)	(264)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(72)	(357)	(851)	
Integralização de capital	82	170	292	
Baixa de capital	(230)	(383)	(285)	
Distribuição de Sobras	-	(9)	(2)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(148)	(222)	5	
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(7.490)	4.365	783	
Caixa e equivalente de caixa no início do período	56.677	44.822	44.039	
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	49.187	49.187	44.822	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão de Associados da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/12/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANCO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	72.397	(13)	72.384
OUTROS CRÉDITOS	2.895	(13)	2.882
Diversos	2.793	(13)	2.780
Ativo Não circulante	12.788	13	12.801
OUTROS CRÉDITOS	-	13	13
Diversos	-	13	13
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	4.178	-	4.178
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.073	(58)	2.015
Rendas de Tarifas Bancárias	983	58	1.041

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	1.964	1.734
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	47.223	43.088
Total	49.187	44.822

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	57	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	57	-
Total realizável a longo prazo	57	-

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	16.862	6.117	22.979	24.251	
Financiamentos	2.043	1.123	3.166	5.952	
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.940	590	6.530	7.538	
Carteira total	24.845	7.830	32.675	37.741	

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	2.567	-	2.567	2.387	
Total	2.567	-	2.567	2.387	

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	14.920	19.117	75	96
Nível B	1,00	8.268	9.135	83	91
Nível C	3,00	2.799	2.120	84	64
Nível D	10,00	3.599	4.020	360	402
Nível E	30,00	1.873	1.778	561	533
Nível F	50,00	979	1.356	490	678
Nível G	70,00	289	261	202	183
Nível H	100,00	2.515	2.341	2.515	2.341
Total (i)		35.242	40.128	4.370	4.388

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.140	5.747	5.338	4.595	16.820	20.191
Rural	-	1.012	4.928	590	6.530	7.538
Industrial	4	210	151	131	496	121
Comércio	111	3.301	1.238	1.069	5.719	5.893
Outros Serviços	562	2.125	1.545	1.445	5.677	6.385
Total	1.817	12.395	13.200	7.830	35.242	40.128

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	4.387	12,45	4.375	10,90
50 devedores seguintes	10.454	29,66	9.888	24,64
100 devedores seguintes	6.895	19,57	7.534	18,77
Demais	13.506	38,32	18.331	45,68
Total	35.242	100	40.128	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	4.388	4.401
Constituição de provisão	3.005	3.009
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.023)	(3.022)
Saldo final	4.370	4.388

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 597 (2015 - R\$ 452), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 1.246 (2015 - R\$ 6.444).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	18	2
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	322	260
Devedores por depósitos em garantia	54	-
Impostos e contribuições a compensar	10	17
Títulos e créditos a receber	2.567	2.387
Operações com cartões	15	22
Pendências a regularizar	12	27
Outros	946	65
Total Circulante	3.944	2.780
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	13
Total realizável a longo prazo	-	13

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	178	25
Imóveis	178	-
Veículos e afins	-	25
Despesas antecipadas	12	32
Total Circulante	190	57

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.193	1.193
Sicredi Participações S.A.	878	878
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	2.072	2.072

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	284.528 ON	284.528 ON	1	1	1.193.089	1.193.089
	593.352 PN	593.352 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,10%	0,11%	0,63%	0,72%	0,75%	0,77%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	878	878	1	1	1.193	1.193

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015	
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	2.579	(1.338)	1.241	1.392	
Imobilizações em curso	-	293	-	292	198	
Instalações	10%	778	(418)	361	466	
Móveis e equipamentos de uso	10%	779	(402)	377	426	
Sistema de comunicação	10%	17	(11)	6	7	
Sistema de processamento de dados	20%	567	(418)	149	234	
Sistema de segurança	10%	74	(32)	42	33	
Sistema de transporte	20%	71	(57)	14	28	
Intangível (i)	5% a 15%	1.039	(400)	639	553	
Investimentos Confederação		1.039	(400)	639	553	
Total		3.618	(1.738)	1.880	1.945	

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos à vista	13.707	-	-	13.707	13.637
Depósitos a prazo	2.013	3.975	42.383	48.371	46.133
Total	15.720	3.975	42.383	62.078	59.770

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	5.060	5.815
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.060	5.815
Total circulante	5.060	5.815
Recursos do Crédito Rural	493	149
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	493	149
Total exigível a longo prazo	493	149

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 16/11/2018, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	850	1.150
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	850	1.150
Total circulante	850	1.150

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar	631	982
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	200	-
Provisão para coobrigações (i)	10	4
Juros dívida subordinada (ii)	66	-
Pendências a regularizar	-	3
Operações com cartões	2.498	2.202
Demais fornecedores	125	118
Credores diversos	300	149
Total circulante	3.830	3.458
Principal dívida subordinada (ii)	644	710
Total exigível a longo prazo	644	710

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhistas	-	190	-	190
Cível	-	10	-	10
Total	-	200	-	200

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhistas	Provável	190	-
Cível	Provável	10	-
Total		200	-

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhistas, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 152 (2015 - R\$ 80).

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	5.169	4.875
Total de associados	8.388	8.924

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 294 (2015 – R\$ 230), sendo R\$ 507 (2015 – R\$ 223) via integralização de resultados e R\$ 170 (2015 – R\$ 292), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 383 (2015 – R\$ 285).

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	(1.267)	2.121
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	532	(891)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	3	6
Provisão resgate milhas cartão	4	19
Provisão de PPR	(6)	3
Receita com atos cooperativos	(622)	669
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	33
Outros	34	15
Subtotal	(587)	745
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(55)	(146)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	57	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	47.223	43.088
Outros Créditos - Rendas a receber	50	58
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	404	287
Despesas antecipadas (Nota 08)	-	20
Investimentos (Nota 09)	2.072	2.072
Intangível (Nota 10)	639	553
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	5.553	5.964
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	850	1.150
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	2.456	2.237
Principal e juros dívida subordinada	710	711
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	7	-
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	99	10
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	6.570	4.748
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	729	914
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	251	210
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	3.093	2.347

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	45	0,33%	157
Depósitos a prazo	1.217	2,52%	1.324
Operações de crédito	594	1,82%	561

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	830	607

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 5.145 (2015 - R\$ 3.907) refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	282	286
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	6.414	4.533
Reversão de provisões operacionais	459	253
Outras rendas operacionais	208	376
Total	7.363	5.448

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	453	203
Contribuição O.C.E.	24	20
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.247	856
Contribuição Confederação Sicredi	1.317	1.100
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	320	263
Encargos da administração financeira	35	30
Repasso Administradora de Cartões	163	98
Outras provisões operacionais	197	159
Outras despesas operacionais	616	613
Total	4.372	3.342

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	185	132
Total	185	132

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	11.672	13.369
Capital principal - CP	11.672	13.369
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	8.126	8.126
Lucros acumulados	-	516
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	(1.322)	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	300	147
Capital complementar - CC	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-	-
Excesso de dedução de investimento em outras entidades no nível II	-	-
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	568	711
Ativo classificado como dívida subordinada	568	711
Dívida subordinada	-	-
Total do capital qualificado	12.240	14.080
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	5.099	5.177
Índice sobre o PR considerando a RBAN	25%	29%
Situação para o limite de imobilização	1.581	1.799
Índice de imobilização (limite 50%)	13%	13%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Hugo Alex Azevedo Ferraz
Diretor Executivo
CPF: 039.456.916-48

Nádia Shigueko Maeda de Oliveira
Diretora de Operações
CPF: 323.898.748-86

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72